

EDITAL

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra

Ano letivo 2024/2025

Mestrado em Educação para a Saúde

Nos termos do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, na sua atual redação e do Regulamento Académico do 2º Ciclo de estudos do IPC, faz-se saber que está aberto concurso de acesso ao curso do 2º ciclo de estudos - Mestrado em Educação para a Saúde, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1 - Condições de admissão no ciclo de estudos

1- Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

- a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal nas áreas de educação, ciências da saúde, áreas afins ou outras consideradas relevantes;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos nas áreas de educação, ciências da saúde, áreas afins ou outras consideradas relevantes, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo conselho técnico científico da ESTeSC;
- d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo conselho técnico científico da ESTeSC.

2- Para efeitos da alínea d) do número 1, e nas situações em que os candidatos se encontrem inscritos num curso do 1º ciclo de estudos, sem que detenham currículo científico e ou profissional, o conselho técnico científico da ESTeSC avaliará o currículo numa perspetiva escolar/académica, estando o candidato obrigado a concluir o curso de 1º ciclo de estudos até à data-limite de submissão da dissertação/ relatório de estágio, caso seja admitido e seriado.

3 - O reconhecimento a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 1 tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

2 - Número de vagas

Sob proposta do Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, ouvido o respetivo Conselho Técnico-Científico, fixa-se o seguinte número de vagas, por área de especialização, para ingresso:

1ª Fase 30 vagas

2ª Fase vagas sobrantes da 1ª fase

O curso funcionará com um número mínimo de 15 alunos matriculados/inscritos.

A decisão do funcionamento do curso ocorrerá quando for atingido o mínimo de alunos, ou até ao final do processo de matrículas e inscrição da última fase do concurso.

3 - Critérios de seleção e de seriação dos candidatos

Os candidatos admitidos no concurso de acesso ao ciclo de estudos serão classificados e seriados pelo júri, tendo em atenção a classificação obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$C = (3L+1AC)/4$$

em que:

C - é a classificação final (numa escala de 0 a 20)

L - é a nota de Licenciatura ou equivalente legal (numa escala de 0 a 20)

AC - é a classificação obtida na Avaliação Curricular (numa escala de 0 a 20)

A avaliação curricular (AC) é efetuada tendo em conta os seguintes critérios:

1. Experiência Profissional (EP), até ao máximo de 15, onde: 1 ano completo em Saúde/Educação= 1 ponto

2. Atividade Científica (AC), até ao máximo de 5, onde: a) Artigos publicados em revistas não indexadas: cada publicação = 0,5 pontos; b) Artigos publicados em revistas indexadas: cada publicação = 1 ponto.

Critérios de desempate:

Em caso de empate aplicam-se, sucessivamente, os seguintes critérios:

1. Os candidatos com maior pontuação na componente escolar, pontuam em 1.º;
2. Os candidatos com maior pontuação no currículo profissional, são seriados em 1.º;
3. Os candidatos com maior pontuação no currículo científico, são seriados em 1.º;
4. Os candidatos mais velhos são seriados em 1.º, através da data de nascimento.

4. Normas e prazos de candidatura

1-As candidaturas são efetuadas on-line, através do endereço <https://inforestudante.ipc.pt/>.

Os prazos de candidatura e matrícula decorrem de acordo com o seguinte calendário:

1.ª Fase:

- Apresentação da candidatura: De 1 de abril até 21 de julho de 2024;
- Validação das candidaturas pelos Serviços: Até 23 de julho de 2024;
- Disponibilização de lista de seriação provisória: 26 de julho de 2024;
- Reclamações: Até 30 de julho de 2024;
- Decisão sobre reclamações/lista de seriação definitiva: 31 de julho de 2024;
- Matrícula e inscrição dos candidatos colocados: De 1 de agosto a 12 de agosto de 2024.

2.ª Fase:

- Apresentação da candidatura: De 22 de julho a 9 de setembro de 2024;
- Validação das candidaturas pelos Serviços: Até 10 de setembro de 2024;
- Disponibilização de lista de seriação provisória: 13 de setembro de 2024;
- Reclamações: Até 16 de setembro de 2024;
- Decisão sobre reclamações/lista de seriação definitiva: 18 de setembro de 2024;
- Matrícula e inscrição dos candidatos colocados: De 19 a 22 de setembro de 2024.

As reclamações deverão ser enviadas, nos prazos indicados, no Inforestudante, através de requerimento para reclamação no âmbito de uma candidatura. Não serão objeto de análise reclamações que não sejam submetidas na plataforma de gestão académica através do requerimento disponibilizado para o efeito.

2- No processo de candidatura devem ser anexados os seguintes documentos em suporte digital:

- a) Documento(s) comprovativo(s) da(s) habilitação(ões) de que o candidato é titular com informação da(s) classificação(ões) final(ais). No caso de documento estrangeiro os candidatos terão de apresentar os documentos visados pelos serviços consulares, ou por aposição da Apostila da Convenção de Haia e, caso não se apresentem escritos em língua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa, traduzidos para português por tradutor reconhecido pela representação diplomática;
- b) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado e documentos comprovativos dos elementos nele constantes em língua portuguesa ou inglesa, ou com tradução certificada;
- c) Digitalização de documento comprovativo de identificação civil (bilhete de identidade, cartão de cidadão ou passaporte com devida autorização do próprio para utilização exclusiva no âmbito da candidatura (a não submissão desde documento implica a apresentação do original nos Serviços Académicos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra);
- d) Digitalização do cartão de identificação fiscal (com devida autorização do próprio para utilização exclusiva no âmbito da candidatura (a não submissão desde documento implica a apresentação do original nos Serviços Académicos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra);
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato não tem nacionalidade portuguesa nem está abrangido por nenhuma das condições que, de acordo com o Estatuto de Estudante Internacional (n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março) não lhe confirmam a condição de Estudante Internacional, traduzida para português ou inglês, sempre que não for emitida em português, inglês, francês ou espanhol; (Obrigatório para estudantes internacionais);
- f) Digitalização de comprovativo do domicílio fiscal (se aplicável);
- g) Digitalização do IBAN (para que possam ser devolvidos os montantes pagos caso o curso não venha a funcionar);
- h) Outros.

3 - A taxa de candidatura é criada no momento da formalização da candidatura, devendo ser regularizada através da referência bancária gerada e disponibilizada na finalização do processo de candidatura.

4- A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos/taxa de candidatura exigidos, é motivo de exclusão do concurso.

5. Taxas e propina

- a) Taxa de candidatura - 75 € (setenta e cinco euros) por cada candidatura, apenas reembolsável em caso de não funcionamento do mestrado (estão isentos do pagamento da taxa de candidatura, os estudantes que tenham concluído uma licenciatura no IPC, e os candidatos ao abrigo da alínea d) do artigo 7.º do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do IPC, desde que sejam atuais estudantes matriculados numa UOE do IPC);
- b) Taxa de matrícula/inscrição - 75€ (setenta e cinco euros);
- c) Propina anual – 2.400,00 € (1ºano 1.200,00€, 2ºano 1.200,00€), com possibilidade de pagamento faseado, de acordo com o regulamento de propinas do IPC;
 - 4.800,00€ (1ºano 2.400,00€, 2ºano 2.400,00€), aplicável a estudantes internacionais, pago na íntegra no ato de matrícula e inscrição.

6. Estrutura curricular, plano de estudos e créditos

A estrutura curricular e o plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação para a Saúde constam em anexo ao Despacho nº 4404/2023, de 31 de março, publicado no Diário da República nº 71, 2ª série, de 11 de abril de 2023, cujo funcionamento foi acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e que se encontra registado na Direção-Geral do Ensino Superior com o número R/A-Ef385/2011/AL01.

Informação disponível no portal institucional <https://www.ipc.pt/oferta-formativa/mestrado-em-educacao-para-a-saude-2/>.

7-Júri

Presidente: Ana Paula Monteiro Amaral (Coordenadora do Curso)

Vogal: Silvia Maria Rodrigues da Cruz Parreiral

Vogal: Margarida Tenente dos Santos Pocinho

8. Funcionamento do Curso

As aulas irão funcionar em regime presencial às sextas das 15h00 às 20h00 e aos sábados das 9h00 às 14h00. As aulas no primeiro semestre irão funcionar na ESTeSC e no segundo semestre na ESEC.

9. Calendário Escolar

O curso iniciará em setembro de 2024, e decorre de acordo com o Calendário Escolar aprovado para o ano letivo 2024/2025.

10. Regimes de precedências e de avaliação

O estudante que se inscreveu/matriculou no 1.º ano do curso está condicionado à realização de um número mínimo de 36 ECTS desse mesmo ano curricular para que se possa inscrever no 2.º ano do mesmo curso.

A avaliação de conhecimentos nas unidades curriculares do curso de mestrado tem carácter individual e será efetuada de acordo com as normas de avaliação em vigor na ESTeSC. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica de zero a vinte valores.

Considera-se aprovado numa unidade curricular o aluno cuja nota final de avaliação seja igual ou superior a dez valores.

11. Creditação

A creditação de conhecimentos e competências académicas, profissionais ou adquiridas pode ser requerida pelos interessados, após o ato da matrícula, aplicando-se o valor previsto na tabela de emolumentos do IPC (<https://www.estesc.ipc.pt/index.php/regulamentos-e-legislacao/tabela-de-emolumentos/>).

O processo de creditação consta do Regulamento Académico do 2º ciclo de Estudos do IPC (<https://www.estesc.ipc.pt/index.php/regulamentos-e-legislacao/regulamentos/>)

e do Regulamento de Creditações do IPC (<https://www.estesc.ipc.pt/index.php/regulamentos-e-legislacao/creditacao/>).

12. Concretização das componentes relativas ao curso de mestrado e dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio

O processo de concretização consta do Regulamento Académico do 2º ciclo de Estudos do IPC e do Regulamento Académico do Mestrado em Educação para a Saúde da ESTeSC (<https://www.estesc.ipc.pt/index.php/regulamentos-e-legislacao/regulamentos/>).

13. Prazo limite para a entrega da dissertação, trabalho de projeto ou do relatório de estágio

A data-limite para requerer a marcação de provas com a entrega da Dissertação, Trabalho de Projeto ou Relatório de Estágio será 30 setembro de 2026.

14. Termos em que se realiza a associação com outro estabelecimento de ensino

O presente ciclo de estudos funciona em parceria com a ESEC-IPC.

15. Processo de atribuição da classificação final

O processo de atribuição da classificação final do curso consta do Regulamento Académico do 2º ciclo de Estudos do IPC e do Regulamento Académico do Mestrado em Educação para a Saúde da ESTeSC (<https://www.estesc.ipc.pt/index.php/regulamentos-e-legislacao/regulamentos/>).

16. Outras informações

1. A aprovação em todas as unidades curriculares do curso de especialização, estabelecido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 5.º do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do IPC confere o direito a um Diploma de Especialização, com menção da classificação final obtida;
2. Os estudantes matriculados/inscritos num mestrado, que não tenham concluído a componente referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do IPC, nos dois anos sucessivos após o ato de matrícula/inscrição, poderão renovar anualmente a inscrição em frequência no mesmo ciclo de estudos, numa edição subsequente, enquanto o ciclo de estudos se encontrar em funcionamento;
3. Nas situações em que tenha havido interrupção da frequência do ciclo de estudos em referência, e caso pretendam retomar a frequência do mesmo, os interessados terão de efetuar a candidatura, para o efeito, através do link <https://inforestudante.ipc.pt/>, nos prazos estabelecidos no presente edital;
4. Os estudantes com o curso de especialização concluído e que não tenham realizado, no prazo legalmente previsto, a parte da Dissertação/Projeto/Estágio, poderão solicitar a prorrogação do mesmo, por períodos de seis meses, renovável até um máximo de quatro vezes, estando sujeitos ao pagamento de 50 % do valor da propina anual fixada para o 1.º ano da edição em que se venha a inscrever.

O Vice-Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra,

(Telmo António dos Santos Pereira)